

A Luta Operária

Anton Pannekoek

Fonte: [The Marxists Internet Archive](#)

Capítulo 1 - O Sindicalismo

A tarefa primordial da classe operária é tomar em suas mãos a produção e organizá-la. Para prosseguir a luta é, contudo, necessário ver clara e distintamente o fim a atingir. Não resta senão o combate em si mesmo, isto é, a conquista do poder sobre a produção é a principal e mais difícil parte do que há a fazer. É no decurso desta luta que se criarão os Conselhos Operários.

Não podem prever-se exactamente as formas que, no futuro, tomará a luta dos trabalhadores pela sua libertação. Essas formas dependerão das condições sociais e evoluirão com o crescente poder da classe operária. É e será necessário examinar de que modo esta batalha se desenrolou até ao presente e como adaptou as suas acções às mudanças de circunstâncias. Não seremos capazes de fazer face às necessidades do momento senão através dos ensinamentos, da experiência daqueles que nos precederam e somente encarando-a de uma forma crítica.

Em qualquer sociedade assente sobre a exploração duma classe trabalhadora por uma classe dominante se trava uma luta permanente, cuja parada é a divisão do produto total do trabalho, ou, noutros termos, o grau de exploração. Assim, a Idade Média, como todos os séculos que se lhe seguiram, está cheia de combates incessantes e encarnizados entre os camponeses e os senhores da terra. Na mesma época, pode ver-se a luta da classe burguesa, em ascensão, contra a nobreza e a monarquia, pelo poder sobre a sociedade. É uma luta de classes, de natureza diferente, associada ao crescimento de um novo sistema de produção, proveniente do desenvolvimento da técnica, da indústria e do comércio. É uma guerra entre os senhores da terra e os do capital, entre o sistema feudal em declínio e o sistema capitalista em pleno voo. Através duma série de convulsões sociais, revoluções políticas e guerras, em Inglaterra, França e em seguida, noutros países, a classe capitalista conquistou o domínio completo da sociedade.

No regime capitalista, a classe operária deve travar contra o Capital duas espécies de lutas. Travar um combate perpétuo para atenuar a forte pressão da exploração, para fazer aumentar os salários e acrescentar

ou manter a sua parte no produto total. Por outro lado deve com o aumento da sua força, conquistar o domínio da sociedade para derrubar o capitalismo e instaurar um novo sistema de produção.

Quando, pela primeira vez, no início da revolução industrial, em Inglaterra, se introduziram máquinas de fiar e depois de tecer, os operários revoltados quebraram-nas. Não eram propriamente operários no sentido actual do termo, quer dizer, assalariados. Tratava-se de pequenos artesãos, até então independentes, reduzidos agora à fome pela concorrência das máquinas, produzindo a baixo preço, e que em vão experimentaram destruir a causa da sua miséria. Em seguida, eles ou os seus filhos, tornaram-se os trabalhadores assalariados, manobrando eles mesmos as máquinas, e a sua posição foi mudada. O mesmo se passou com exércitos de camponeses que, durante todo o século XIX, período do desenvolvimento industrial, se amontoaram nas cidades, atraídos por aquilo que lhes parecia bons salários. Na época moderna, são os descendentes dos operários que povoam as fábricas e sê-lo-ão cada vez mais.

Para todos, a luta por melhores condições de trabalho é uma necessidade imediata. Sob pressão da concorrência e para aumentar os lucros, os patrões tentam baixar os salários e aumentar o mais possível os períodos de trabalho. Os trabalhadores, impotentes, ameaçados pela fome, devem submeter-se em silêncio. Depois a resistência explode de repente, sob a única forma possível: a recusa de trabalhar, a greve. Na greve, os trabalhadores descobrem pela primeira vez a sua força; na greve aparece o seu poder de luta. Da greve nasce a associação de todos os trabalhadores duma fábrica, duma indústria, duma nação. Da greve nasce a solidariedade, o sentimento de fraternidade entre camaradas de trabalho o sentimento de união com toda a classe: é a primeira aurora do que será, um dia, o sol da nova sociedade. A entreatajuda, aparecendo primeiro sob a forma de colectas espontâneas e benévolas, cedo toma a forma durável dum sindicato.

O desenvolvimento dum sindicalismo sólido exige certas condições. A dura existência num mundo onde tudo é permitido aos exploradores, onde reinam as proibições e o arbítrio policial, situação herdada em grande parte do período pré-capitalista, deve ser primeiro suavizada, antes de se poderem edificar construções sólidas. Os trabalhadores tiveram de lutar a maior parte do tempo por si mesmos, para que as condições de desenvolvimento do sindicalismo fossem garantidas. Em Inglaterra, foi a campanha revolucionária do cartismo; na Alemanha, meio século mais tarde, a luta da social-democracia, que, impondo o reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores, lançaram as bases do desenvolvimento dos sindicatos.

Nos nossos dias existem sólidas organizações, englobando trabalhadores dum mesmo ramo industrial,

num mesmo país, mantendo ligações com outros sectores da actividade e internacionalmente unidos aos sindicatos de outros países do mundo. O pagamento regular de elevadas cotizações fornece os fundos necessários para a manutenção dos grevistas quando se torna imperioso forçar os capitalistas a conceder, contra sua vontade, condições mais decentes de trabalho aos operários. Os camaradas mais capazes, por vezes vítimas do inimigo na sequência de lutas passadas, tornam-se os permanentes, fazendo, nas negociações com os investidores capitalistas, o papel de porta-voz dos operários, independentes e conhecendo bem os problemas. Em consequência de uma greve oportunamente desencadeada e sustentada com toda a força do Sindicato, em consequência das negociações que se realizam, podem ser concluídos acordos, assegurando salários mais elevados e uniformes, horários de trabalho mais reduzidos, na medida em que a duração destes não esteja ainda fixada por lei.

Os trabalhadores já não são mais indivíduos impotentes, obrigados pela fome a vender a sua força de trabalho não importa por que preço. Estão agora protegidos pela força da sua própria solidariedade e cooperação, porque cada sindicalizado não só dá uma parte do seu salário para os seus camaradas, como está pronto a arriscar o seu próprio emprego, na defesa da organização e da comunidade sindical. Assim, estabelece-se um certo equilíbrio entre a força operária e a dos patrões. As condições de trabalho deixam de ser impostas pelos interesses todo-poderosos dos capitalistas. Os sindicatos são, pouco a pouco, reconhecidos como representantes dos interesses dos trabalhadores e, ainda que a luta continue necessária, tornam-se uma força que participa nas decisões. Não por toda a parte, nem de um só golpe, nem em todos os ramos da indústria. Os operários especializados são geralmente os primeiros a criar os seus sindicatos. A massa dos operários não especializados, que povoam as grandes fábricas e lutam contra os patrões mais poderosos, só mais tarde o consegue. Os seus sindicatos nascem sobretudo, no decorrer duma súbita explosão de grandes lutas. Mas contra os monopólios proprietários de, empresas gigantescas, os sindicatos têm poucas hipóteses de sucesso; esses capitalistas todo-poderosos querem ser os senhores absolutos, e a sua arrogância tolera somente o «sindicato amarelo», quer dizer, às suas ordens.

Posta esta restrição de parte e supondo que o sindicalismo esteja plenamente desenvolvido e controle toda a indústria, isso não significa que a exploração esteja abolida e o capitalismo suprimido. São somente o arbítrio do capitalismo isolado e os piores abusos de exploração que estão abolidos. E este estado de coisas corresponde também ao interesse dos outros capitalistas - protege-os contra toda a concorrência desleal - e ao interesse do capitalismo em geral. O desenvolvimento do poder dos sindicatos permite uma normalização do capitalismo, uma certa norma de exploração é universalmente aceite e estabelecida. Uma norma para os salários, que corresponda às exigências vitais mais modestas e tal que os trabalhadores, empurrados pela fome, não sejam conduzidos à revolta, é necessária para que a produção não se faça aos solavancos. Uma norma para os horários de trabalho, não esgotando de todo a vitalidade da classe

operária - ainda que as reduções de horários sejam largamente compensadas pela aceleração da cadência e pela intensidade do esforço - é necessária ao capitalismo em si mesmo; é preciso ter em reserva uma classe operária utilizável pela exploração futura. Foi a classe operária que, com as suas lutas contra a mesquinhez e estreiteza de espírito da capacidade capitalista, contribuiu para estabelecer as condições de um capitalismo normal. Sem parar, deve bater-se para preservar este precário equilíbrio. Os sindicatos são os instrumentos destas lutas, por isso preenchem uma função indispensável no capitalismo. Alguns patrões menos espertos não compreendem isto, mas os seus chefes políticos, mais avisados, sabem muito bem que os sindicatos são um elemento essencial ao capitalismo, e que, sem esta força reguladora que são os sindicatos operários, o poder capitalista não seria completo. Finalmente, se bem que produzidos pelas lutas dos operários e mantidos vivos pelos seus esforços e sacrifícios, os sindicatos tornaram-se órgãos da sociedade capitalista.

Mas com o desenvolvimento do capitalismo, as condições de exploração, pouco a pouco, tornaram-se favoráveis aos operários. O grande capital cresce, toma consciência da sua força e deseja ser sozinho o senhor. Os capitalistas aprenderam também o valor da força que dá a associação; organizam-se em sindicatos patronais. Em lugar da igualdade de forças aparece uma nova forma de superioridade do Capital. As greves são contrariadas pelo «lock-out», que esgota os fundos aos sindicatos. O dinheiro dos trabalhadores não pode rivalizar com o dinheiro dos capitalistas. Nas negociações sobre salários ou condições de trabalho, os sindicatos estão, mais do que nunca, em posição de inferioridade, porque devem temer (ou tentar evitar) as grandes lutas que esgotem as reservas e, por isso mesmo, põem em perigo a existência bem assente da organização e dos seus funcionários permanentes. Nas negociações, os delegados têm muitas vezes que aceitar uma degradação das condições de vida para evitar a luta. A seus olhos, é inevitável e escusado será dizer, compreendem que as condições mudaram e a força da sua organização na luta baixou relativamente.

Do ponto de vista dos trabalhadores, não é absolutamente evidente que se deva aceitar, em silêncio, condições de trabalho e de vida mais duras; os trabalhadores querem bater-se. Aparece então uma contradição. Os funcionários sindicais permanentes parecem possuir o bom-senso por todos. Sabem que os sindicatos estão em posição de fraqueza e que a luta terminará na derrota. Mas os trabalhadores sentem instintivamente que grandes forças permanecem escondidas sob as massas; se ao menos soubessem como pô-las em movimento e como servir-se delas! Compreendem bem que cedendo, agora e sempre, verão a sua situação piorar e que esta degradação só pode ser evitada lutando. Surgem então conflitos entre os filiados dos sindicatos e os seus permanentes. Os sindicalizados protestam contra os novos níveis de salários, sempre favoráveis aos patrões; os delegados defendem os acordos a que chegaram depois de longas e difíceis negociações e tentam fazê-los ratificar. Assim, devem por vezes servir de porta-voz dos

interesses do Capital contra os dos operários. E, porque são os dirigentes influentes dos sindicatos e põem todo o peso do seu poder e autoridade dum lado, bem determinado, da balança, pode dizer-se que, nas suas mãos, os sindicatos se transformam em órgãos do Capital.

O crescimento do Capital, o aumento do número de trabalhadores, a necessidade permanente para eles de se associarem, transformaram os sindicatos em organizações gigantes, que exigem um estado-maior, cada vez mais importante, de funcionários e dirigentes. Cria-se uma burocracia que executa o trabalho administrativo; torna-se num poder que reina sobre os sindicalizados, porque todos os elementos de poder estão nas mãos de burocratas sindicais. Especialistas, estes, preparam e organizam todas as actividades; ocupam-se das finanças e dispõem do dinheiro em todas as ocasiões; publicam a imprensa sindical, graças à qual podem difundir e impôr as suas próprias ideias e pontos de vista pessoais aos restantes filiados. Instala-se uma democracia formal. Reunidos os membros dos sindicatos nas assembleias, os delegados eleitos pelos congressos devem tomar as decisões, exactamente como o povo decide da política por intermédio do parlamento e do estado. Mas as mesmas razões que fazem do parlamento e do governo os senhores do povo, encontram-se nestes parlamentos do trabalho. A burocracia dos especialistas oficiais, dominando todas as coisas, transforma-se numa espécie de governo sindical, reinando sobre os filiados açambarcados pelo seu trabalho e problemas quotidianos. Já não é a solidariedade, essa virtude proletária por excelência, mas a disciplina, a obediência às decisões que lhes é pedida. Surgem então divergências de pontos de vista e de opiniões sobre diversas questões. Crescem do mesmo modo que as diferenças de condições de vida: insegurança de emprego para os trabalhadores sempre ameaçados pelas depressões e pelo desemprego, contrastando com a segurança necessária aos permanentes para uma boa gestão dos assuntos do sindicato.

É tarefa e função do sindicalismo, ao unificar as lutas, fazer sair os trabalhadores da sua miséria e angustia e permitir-lhes conquistar e fazer reconhecer a sua condição de cidadãos e direitos a ela inerentes na sociedade capitalista. Deve defender os operários contra a exploração cada vez maior do grande Capital. Mas hoje, o grande Capital transforma-se cada vez mais em poder monopolista de bancos, de trustes industriais, e assim se reforça, daqui resulta que esta função primária do sindicalismo desapareceu. O seu poder tornou-se insignificante em relação ao formidável poder do Capital. Os sindicatos são hoje organizações gigantes, cujo lugar é reconhecido pela sociedade. A sua posição está regulamentada pela lei; e acordos que façam têm força legal para toda a indústria. Os seus chefes aspiram fazer parte do poder que determina as condições de trabalho. Formam um aparelho, graças ao qual o capitalismo monopolista impõe as suas condições à classe operária inteira. Para o Capital, doravante todo-poderoso, é mais vantajoso disfarçar a sua hegemonia sob formas democráticas e Constitucionais, que mostrá-la sob a forma directa e brutal de ditadura. As condições de trabalho que lhe parecem convir aos operários serão

respeitadas mais facilmente sob a forma de acordos concluídos com os sindicatos, do que sob a forma de «diktat» imposto com arrogância. Para já, porque deixa aos operários a ilusão de serem senhores dos seus próprios interesses; depois, porque tudo o que liga os operários aos sindicatos (os organismos que eles próprios criaram, pelos quais fizeram tantos sacrifícios, travaram tantas lutas, dispensaram tanto entusiasmo), quer dizer, tudo o que torna os sindicatos queridos ao seu coração, é justamente o que torna os trabalhadores dóceis à vontade dos seus senhores. Assim, as condições que vigoram hoje fizeram que, mais que nunca, os sindicatos se transformassem em órgãos de dominação do capitalismo monopolista sobre a classe operária.

Capítulo 2 - A Acção Directa

Os sindicatos perdem então a sua importância na luta dos operários contra o Capital. Mas a luta, em si mesma, não pode cessar. Com o grande Capital, as tendências para a crise acentuam-se e a resistência operária tem que desenvolver-se também. As crises económicas fazem cada vez mais estragos e destroem o que poderia parecer um progresso assegurado. A exploração intensifica-se na esperança de retardar a baixa dos níveis de lucro dum Capital que cresce rapidamente. Os trabalhadores terão de resistir sempre. Mas contra o poder grandemente aumentado do Capital, os velhos métodos de luta tornaram-se ineficazes. Novos processos são necessários e logo aparecem. Brotam espontaneamente das greves selvagens (ilegais), na acção directa.

A acção directa é a acção dos trabalhadores, aquela que não passa pelo intermediário - os burocratas sindicais. Uma greve diz-se «selvagem» (ilegal ou não oficial) por oposição às greves desencadeadas pelos sindicatos respeitando os regulamentos e as leis. Os trabalhadores sabem que a greve legal carece de efeito; os delegados são forçados a desencadeá-la contra sua vontade e sem que a tenham previsto, talvez pensando intimamente que uma derrota seria lição salutar para os presunçosos operários e sempre tentam pôr-lhe fim o mais rapidamente possível. É por isso que a exasperação explode no meio de grupos, maiores ou menores, de operários e toma a forma de greve selvagem, desde que a opressão se torne muito forte ou as negociações se arrastem sem resultado.

O combate da classe operária contra o Capital é impossível sem organização. Esta nasce espontaneamente, imediatamente; não sob a forma de um novo sindicato, é preciso dizê-lo, com direcção eleita e regras escritas, sob a forma de parágrafos sucedendo-se em boa ordem. Por vezes acontece assim: os trabalhadores, atribuindo a ineficácia de luta aos defeitos pessoais dos velhos chefes, cheios de furor

contra os sindicatos tradicionais, fundam um novo sindicato, à cabeça do qual põem os homens mais capazes e enérgicos. E, com efeito, ao princípio as lutas endurecem, encarniçam-se. Mas com o tempo, ao novo sindicato, se continua pequeno, falta-lhe força, qualquer que seja, de resto, o seu activismo; se, pelo contrário cresce, a necessidade faz-lhe adquirir as mesmas características dos sindicatos tradicionais. Em consequência da experiências deste tipo, os trabalhadores acabarão por escolher outra via: manter inteiramente nas suas mãos a direcção da sua própria luta.

Que se pretende dizer com: «manter inteiramente nas suas mãos a direcção da sua própria luta» (ou, se preferirmos, dirigir eles próprios os seus assuntos)? Deve entender-se que toda a iniciativa e decisão emanam dos próprios trabalhadores. Mesmo existindo um comité de greve - indispensável quase sempre, pois os trabalhadores não podem estar permanentemente reunidos - tudo será feito pelos grevistas. Permanecem ligados, repartindo entre si as tarefas, tomam as medidas que se impõem e decidem directamente todas as acções a efectuar. A decisão e a acção, ambas colectivas, formam um todo.

A primeira tarefa a executar, a mais importante, é fazer propaganda, numa tentativa de estender a greve. A pressão sobre o Capital deve intensificar-se. Em face do gigantesco poder do Capital, não somente os operários, tomados individualmente, são impotentes, mas também os grupos de trabalhadores que permaneçam isolados. A única força que está à altura de lutar contra o Capital é a que resulta da unificação, firme e resoluta, de toda a classe operária. Os patrões sabem-no ou sentem-no muito bem e a única coisa que os faz ceder e fazer concessões é o medo de que a greve se torne geral. As hipóteses de sucesso são tanto maiores quanto a vontade dos grevistas seja claramente expressa e o número dos que entram em luta é mais importante.

Tal extensão produz-se porque não se trata da greve de um grupo que está atrasado, vivendo em condições piores que os outros operários tentando elevar-se até ao nível geral. Nas circunstâncias presentes e novas, o descontentamento é geral; todos os trabalhadores se sentem acabrunhados pela dominação do Capital, por toda a parte se acumulam motivos para uma exploração social. Não é por terceiros mas por si mesmos que os trabalhadores entram em luta. Se se sentissem isolados, temendo perder os seus empregos, ignorando as reacções dos camaradas, na ausência total de unidade, recuariam perante a acção. Mas desde que entram na batalha transformam-se; o medo, o egoísmo são relegados para segundo plano e novas forças jorram - o sentimento comunitário e a própria comunidade, a solidariedade e a abnegação - que despertam a coragem e reforçam a determinação. E elas são contagiosas, o exemplo da luta subleva outros trabalhadores, que sentem nascer em si próprios as mesmas forças, a mesma confiança em si e nos outros. Assim, a greve selvagem, qual fogo numa pradaria, alcança outras empresas e engloba massas cada vez mais numerosas e importantes.

Tal resultado não pode ser obra de um pequeno número de chefes, de funcionários sindicais ou de novos porta-vozes, que se tivessem imposto por si mesmos, se bem que, sem dúvida alguma, a ousadia de alguns intrépidos camaradas possa impulsionar fortemente a acção. É necessário que seja a vontade e o trabalho de todos, o produto da iniciativa comum. Os trabalhadores não devem somente agir, é preciso que imaginem, reflectam e decidam por si próprios. Não podem deixar a decisão e responsabilidade a um organismo, um sindicato, que se encarregaria deles. São inteiramente responsáveis pela sua luta, sucesso ou derrota dependem deles somente. Eram homens passivos, tornam-se homens activos, tomando com decisão o seu próprio destino nas mãos. Eram indivíduos isolados, importando-se apenas consigo mesmos, são agora um grupo unido, fortemente cimentado.

As greves espontâneas apresentam ainda outro aspecto importante: a divisão dos trabalhadores em sindicatos distintos é anulada. No mundo sindical as tradições herdadas da época do pequeno capitalismo jogam um importante papel, separam os trabalhadores em corporações muitas vezes rivais, invejosas, e disputando-se sem cessar. Em alguns países, as diferenças políticas e religiosas são também barreiras que conduzem à criação de sindicatos liberais, Católicos, socialistas ou outros, bem individualizados uns dos outros. Na oficina, os membros dos diversos sindicatos encontram-se ombro a ombro. Mas, mesmo no decorrer duma greve permanecem muitas vezes isolados, evitando deixar-se contaminar demasiado por ideias unitárias, deixando o trabalho de fazer acordos, com vista à acção ou às negociações, apenas para as direcções sindicais e os delegados. Aquando duma acção directa, estas diferenças de dependência perdem totalmente o seu objectivo e interesse. Porque durante uma luta espontânea a unidade é uma necessidade vital. E esta unidade existe, pois se assim não fosse não existiria a luta. Todos os que trabalham em conjunto numa fábrica, que estão na mesma situação, submetidos à mesma exploração, lutam contra o mesmo patrão e reencontram-se em conjunto na acção comum. A comunidade real é a fábrica, é o pessoal da mesma empresa, constituem uma comunidade natural que efectua um trabalho em comum, cujos membros estão ligados a um destino e partilham interesses comuns. As antigas divergências, resultando de dependências sindicais ou religiosas, apagam-se. Espectros do passado, estão quase esquecidos na realidade viva e nova que constitui a fraternidade na luta comum. A consciência vivificante da unidade nova reforça o entusiasmo e o sentimento de força.

Assim nas greves selvagens aparecem algumas características da forma das lutas do futuro: primeiro que tudo, a acção por si mesmo e a iniciativa pessoal, que permitem conservar nas mãos toda a actividade e decisão; em seguida a unidade, que se ri das antigas divisões e se realiza a partir do agrupamento natural que é a empresa. Estas formas surgem não de planos pré-concebidos, mas espontaneamente. irresistivelmente, impostas pela força superior do Capital, contra a qual as organizações tradicionais já não podem seriamente lutar. Mas isto não significa só por si que o vento tenha mudado, que os

trabalhadores vão ganhar de certeza. Porque as greves selvagens conduzem a maior parte das vezes à derrota, continuam a ser muito limitadas. Só em alguns casos favoráveis conseguem evitar a degradação das condições de trabalho. A sua importância reside no facto de mostrarem um vivo espírito de luta, que não pode ser reprimido. Sempre essa vontade de se afirmar como homem brota de novo dos instintos profundos de auto-conservação, dos deveres para com a família e os camaradas. Assim se reencontram e desenvolvem a confiança em si mesmo e a consciência de classe. Estas greves selvagens são anunciadoras das grandes lutas do futuro, que, provocadas pelas necessidades sociais importantes, por uma repressão cada vez mais pesada e uma miséria mais profunda, as massas serão forçadas a travar.

Quando as greves selvagens rebentam em larga escala, envolvendo grandes massas, ramos inteiros da indústria, cidades ou regiões, a organização tem de tomar novas formas. É então impossível reunir numa única assembleia para deliberar todos os grevistas. Todavia, mais que nunca, a compreensão mútua é condição da acção comum. Formam-se comités de greve, que agrupam os delegados de todo o pessoal e que discutem permanentemente a situação. Claro que os comités de greve nada têm de comum com os secretariados sindicais compostos por funcionários. Antes possuem já certas características dos conselhos operários. Nascem da luta, da necessidade de lhe dar unidade, direcção e fim. Mas não agrupam líderes no sentido ordinário do termo, não têm poder directo algum. Os delegados, que de resto não são sempre as mesmas pessoas nas diferentes sessões, vêm para exprimir a vontade e opinião dos grupos que os mandataram. Porque esses grupos não apoiam senão uma acção em que a sua vontade se pode manifestar. Por consequência, os delegados não são simples mensageiros dos grupos mandatários; têm um papel preponderante na discussão, encarnam as convicções dominantes. Nas reuniões dos comités, as opiniões são discutidas, examinadas à luz das circunstâncias; os resultados das deliberações e as resoluções são retransmitidas pelos delegados aos grupos de grevistas reunidos. É por seu intermédio que o pessoal da fábrica, ele mesmo, pode tomar parte nas deliberações e decisões. É assim que, no caso de importantes massas de grevistas, a unidade de acção está assegurada.

Bem entendido, esta unidade de acção não significa que cada grupo se curve sem pestanejar às decisões do comité de greve. Nenhum regulamento escrito confere tal poder de decisão ao comité. A unidade na luta não é um regulamento determinando uma utilização judiciosa de competências, mas uma resposta espontânea às exigências da situação, numa atmosfera de acção apaixonada. Os trabalhadores tomam eles mesmos as decisões, não em virtude de um direito que lhes fosse conferido por regulamentos por eles aceites, mas simplesmente porque decidem verdadeiramente dos seus actos. Pode mesmo acontecer que os argumentos apresentados por um grupo não consigam convencer os outros, mas que isso acabe por conduzir finalmente à decisão, pela força da sua acção e do seu exemplo. A auto-determinação dos trabalhadores em luta não é uma dessas exigências deduzida do estudo teórico, a partir de discussões

sobre a necessidade e possibilidade da sua utilização, é simplesmente a constatação de um facto decorrendo da prática. Muitas vezes tem sucedido no decurso de grandes movimentos sociais - e sem dúvida alguma voltará a suceder - que as acções efectuadas não correspondam às decisões tomadas. Por vezes os comités centrais lançam um apelo à greve geral e só são seguidos aqui e além por pequenos grupos. Algures, os comités pesam tudo minuciosamente, sem se aventurarem a tomar uma decisão, e os trabalhadores desencadeiam uma luta de massas. É possível também que os mesmos trabalhadores que estavam resolvidos a fazer greve com todo o entusiasmo, recuem no momento de agir, ou, inversamente, que uma prudente hesitação se reflecta nas decisões e que de repente, por acção de forças interiores ocultas, uma greve não decidida estale irreversivelmente. Enquanto os trabalhadores nada têm de comum com os secretariados sindicais compostos por funcionários. Antes possuem já certas características dos conselhos operários. Nascem da luta, da necessidade de lhes dar unidade, direcção e fim. Mas não agrupam líderes no sentido ordinário do termo, não têm poder directo algum. Os delegados, que de resto não são sempre as mesmas pessoas nas diferentes sessões, vêm para exprimir a vontade e opinião dos grupos que os mandataram. Porque esses grupos não apoiam senão uma acção em que a sua vontade se pode manifestar. Por consequência, os delegados não são simples mensageiros dos grupos mandatários; têm um papel preponderante na discussão, encarnam as convicções dominantes. Nas reuniões dos comités, as opiniões são discutidas, examinadas à luz das circunstâncias; os resultados das deliberações e as resoluções são retransmitidas pelos delegados aos grupos de grevistas reunidos. É por seu intermédio que o pessoal da fábrica, ele mesmo, pode tomar parte nas deliberações e decisões. É assim que, no caso de importantes massas de grevistas, a unidade de acção está assegurada.

Bem entendido, esta unidade de acção não significa que cada grupo se curve sem pestanejar às decisões do comité de greve. Nenhum regulamento escrito confere tal poder de decisão ao comité. A unidade na luta não é um regulamento determinando uma utilização judiciosa de competências, mas uma resposta espontânea às exigências da situação, numa atmosfera de acção apaixonada. Os trabalhadores tomam eles mesmos as decisões, não em virtude de um direito que lhes fosse conferido por regulamentos por eles aceites, mas simplesmente porque decidem verdadeiramente dos seus actos. Pode mesmo acontecer que os argumentos apresentados por um grupo não consigam convencer os outros, mas que isso acabe por conduzir finalmente à decisão, pela força da sua acção e do seu exemplo. A auto-determinação dos trabalhadores em luta não é uma dessas exigências deduzida do estudo teórico, a partir de discussões sobre a necessidade e possibilidade da sua utilização, é simplesmente a constatação de um facto decorrendo da prática. Muitas vezes tem sucedido no decurso de grandes movimentos sociais - e sem dúvida alguma voltará a suceder - que as acções efectuadas não correspondam às decisões tomadas. Por vezes os comités centrais lançam um apelo à greve geral e só são seguidos aqui e além por pequenos

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

